

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de Maranhão Class.: 74 Guajá

Data: 12/09/88 Pg.: _____

Portaria tira mais da metade da reserva dos índios Guajá

Walter Rodrigues

O Ministro do Interior, João Alves, e o da Reforma Agrária, Leopoldo Bessone, acabam de desfechar um duro golpe nas possibilidades de sobrevivência física e cultural dos índios Guajá, um grupo basicamente nômades que habita as serras e florestas do Noroeste do Maranhão.

Portaria interministerial assinada dia 1º por Alves e Bessone, com base em sugestões de um grupo de trabalho liderado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), reduz de 147 mil para 65.500 hectares a área da reserva indígena criada em maio pelo Governo Federal, após uma longa e persistente batalha de antropólogos e indigenistas em favor dos direitos dos Guajá.

Com essa medida, que colheu de surpresa os observadores — não pela redução em si, que muitos esperavam, mas pelo tamanho do pedaço amputado à reserva — os dois ministros atendem, integralmente às reivindicações de boiadeiros e madeireiros que ocupam ou pretendem ocupar vastas porções de terra nos vales dos rios Gurupi e Turiaçu, numa região dominada pela imponente Serra do Tiracambu (ou Piracambu). Dois desses ocupantes, as agropecuárias Pindorama e Alto do Turiaçu, obtiveram recentemente uma liminar do Tribunal Federal de Recursos (TFR), que impediu provisoriamente a Funai de demarcar a área.

Olhando de cima

Em seguida à decisão do TFR, e antes que o tribunal julgasse o mérito da questão, João Alves mandou que a Funai fizesse novas vistorias na área. Técnicos do órgão voltaram a sobrevoar a região do Gurupi—Turiaçu no dia 5 de setembro, colhendo impressões que, combinadas com as imagens de satélite obtidas pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) levaram o Grupo de Trabalho interministerial para questões indígenas a concluir que a área "efetivamente ocupada" por fazendas e serrarias é muitíssimo maior do que antes o próprio GT afirmara. Os representantes do Minter, Mirad e Conselho de Segurança Nacional que formou o GT, sob a coordenação do presidente da Funai, Romero Jucá Filho, sugeriram então que a reserva fosse limitada a 71.900 hectares.

A terra encolheu

Curiosamente, na exposição de motivos dirigida ao Ministro João Alves, o presidente da Funai sustenta que a redução proposta — de cerca de 75

mil hectares, o equivalente a quase metade da reserva definida em maio — "não altera substancialmente o espaço físico que está sendo resguardado aos índios awá" (autodenominação dos Guajá). João Alves concordou com a premissa, mas decidiu, juntamente com o Ministro Bessone, subtrair mais 6.400 hectares do território indígena, que passa a ser de apenas 65.500 hectares.

"É uma decisão absurda e injustificável" — opina o antropólogo Mércio Pereira Gomes, professor da Universidade de Campinas (SP) e diretor do Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (Iparj) — "como é possível que de maio para agosto a Funai conclua que a área das fazendas e serrarias cresceu tanto, e que o território dos Guajá encolheu em mais da metade dos 147 mil hectares que lhe haviam sido destinados?"

Autor do projeto original de criação da reserva Awá-Gurupi, que teria uma área de 240 mil hectares, (92.500 hectares além do que a Funai reconheceu em maio), Gomes adverte que a sobrevivência dos Guajá está ameaçada. O pior, diz ele, é que o encolhimento da reserva Awá praticamente impede a continuidade territorial entre as reservas Alto do Turiaçu e Caru, habitadas por índios urubu-kaapor, guajajara e guajá. A ligação entre essas duas áreas indígenas fica limitada a um "corredor polonês" de escassos 12km de largura média, com 10km nos trechos mais estreitos. "Que é que eles pensam que será isso?" — indaga o antropólogo. — "Uma trilha de índio?"

Selva devastada

Além dos evidentes prejuízos causados aos Guajá, a decisão dos Ministros Alves e Bessone pode agravar a devastação da selva do Gurupi, considerada uma das importantes do mundo. Biólogos afirmam que ali existe um dos "bancos florestais" que sobreviveram às glaciações do *pleistoceno*, era geológica iniciada há cerca de 2 ou 3 milhões de anos. Com a terra coberta de gelo por quase toda parte, a floresta amazônica praticamente desapareceu, salvando-se apenas alguns tufos de selva situados em zonas privilegiadas, como as da Serra da Desordem e da Serra do Tiracambu, no Noroeste do Maranhão. Foi a partir desses "bancos" que a floresta pôde reconstituir-se lentamente, quando a Terra voltou a aquecer-se.

Nos últimos 15 ou 20 anos, as queimadas têm ferido implacavelmente a selva do Gurupi—Turiaçu, declarada "reserva florestal" desde 1961. Em maio, quando criou a reserva awá, o Governo Federal também definiu os limites de uma "reserva biológica" no

Gurupi, confiada à administração do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Mas o IBDF, que nunca fez respeitar a "reserva florestal" de 1961, procede do mesmo modo com a reserva biológica. Faltam-lhe funcionários para fiscalizar os 341.650 hectares da reserva biológica e aparentemente não lhe sobra eficiência ou boa vontade: até o momento, o órgão nada fez para viabilizar a demarcação da área, em que pese a Companhia Vale do Rio Doce ter-se oferecido para financiar os trabalhos. A diminuição do espaço reservado aos Guajá, guardiães naturais da floresta, só faz agravar o problema.

Gritos na mata

Enquanto o IBDF se omite e a Funai contemporiza, os boiadeiros e madeireiros interessados em conquistar a floresta valem-se do isolamento da região para agir de forma agressiva e violenta. Recentemente, sertanistas que estiveram no local denunciaram que alguns índios foram mortos a tiros por prováveis "caçadores", especialmente designados para este fim. Os cadáveres com perfurações a bala só foram encontrados muitos dias após o crime, presumindo-se que as vítimas sejam mais numerosas do que se pode provar.

Os guajá-awá são cerca de 300 indivíduos do grupo tupi, originários (século 19) do Estado do Pará. Na época da imigração, causada pela repressão contra a revolta popular da Cabanagem (as aldeias serviam de refúgio aos insurretos e muitos índios participaram do movimento) os Guajá eram agricultores. No Maranhão, acossados pelos agressivos urubu-kaapor e depois pelas frentes pioneiras que penetraram a região do Gurupi, os Guajá tornaram-se nômades, desaprenderam as artes agrícolas e passaram a viver da caça, pesca e sobretudo da coleta do coco babaçu. O primeiro grupo Guajá foi contactado pela Funai em 1973: eram 120 pessoas, que logo as doenças dos "brancos" reduziram a 30.

Colônia indígena

O Grupo de Trabalho que assessorava o governo na questão indígena está examinando uma outra sugestão muito polêmica e desde já combatida por antropólogos e indigenistas vinculados ou não à Funai. O GT quer transformar o Posto Indígena Araribóia, situado no Município de Amarante do Maranhão, numa "colônia indígena". A diferença, segundo o Estatuto do Índio, é que numa colônia permite-se o estabelecimento de não-índios. Na reserva Araribóia (413 mil hectares) vivem atualmente 3.500 guajajara (*tenetchara*, na autodenominação desse grupo) e 30 guajá.